

O papel da literatura nativa na construção de uma identidade étnico literária no pós-indianismo

Francis Mary Soares Correia da Rosa¹

RESUMO: Trata-se de situar a questão da literatura nativa como produtora de identidades étnicas no século XXI por meio prioritariamente do conceito de literatura menor. Serão discutidas as especificidades da formação identitária nativa, a situação da produção literária indígena frente ao cânone e como a literatura se constitui como um veículo para o fortalecimento étnico dos indígenas em meio ao contexto identitário da pós-modernidade.

ABSTRACT: The purpose of this paper is to situate the issue of native literature as a producer of ethnic identities in the twenty-first century primarily through the concept of minor literature. The specificity of native identity formation, the situation of indigenous literary production compared to the canon and how literature is constituted as a vehicle for strengthening indigenous ethnic identity in view of the context of postmodernity will be discussed.

PALAVRAS-CHAVES: Literatura nativa; Identidade; Literatura menor; Subalternidade; Crítica cultural.
KEYWORDS: Native literature; Identity; Minor literature; Subordination; Cultural Studies.

Introdução

A construção da identidade nacional é marcada por um percurso histórico específico que se articula a uma pluralidade de experiências culturais e até mesmo transnacionais. No Brasil, a construção da identidade é marcada pelo enlaçamento pluridimensional de um *corpus* étnico que combina ao mesmo tempo elementos distintos do processo cultural europeu, africano e indígena, intermediado por relações de força e resistência por meio de discursos oficiais, micropolíticas e por práticas de representação que se constituem e se afirmam por meio da busca por semelhanças, em detrimento das diferenças.

Especificamente no caso dos povos indígenas o que se evidencia é a alocação privilegiada do componente cultural (as identidades construídas pelo discurso europeu colonial se fundavam na perspectiva racial) como fator preponderante para a construção de uma dada identidade étnica (SEGATO, 2010, p.36).

Para além de uma questão racial, é na construção de uma identidade baseada no sistema étnico de valores e agenciamentos discursivos (MOREIRA, 2002, p.114), entre

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) onde desenvolve o projeto de pesquisa intitulado: Tekoá: A literatura indígena e suas linhas de fuga sob orientação do prof.º Dr. Osmar Moreira.

eles a literatura nativa, que se propõe neste artigo pensar a formação desta identidade como um dispositivo capaz de construção e afirmação de valores socioculturais que resgatam e reafirmam a condição política dos nativos brasileiros.

Literatura como produtora de identidades

A literatura como lócus revolucionário de agenciamentos coletivos nos remete também ao pensamento deleuzeano e ao entendimento desta última como um agenciamento com potencial de conectividade com outros agenciamentos, se associando a linhas de fuga, rompendo com a lógica binária hierárquica e instalando desterritorializações. Como destaca Moreira (MOREIRA, 2002, p.115) o campo literário e a arte em geral é geradora de uma miríade de acontecimentos² com capacidade de transvalorar a realidade, produzindo formas de resistências e de polissemias de desejos.

Em Diálogos (DELEUZE, 1998, p.22) Deleuze explana que o universo literário, tal como a arte, por muito tempo se constituiu como um decalque do modelo de representação do pensamento: os estilos, normas, escolas só funcionavam como maneiras de neutralizar devires e linhas de fuga. Contudo, há determinadas literaturas que produzem rupturas, linhas de fuga, que estão ávidas por experimentação. Desta forma, uma literatura rizomática produz multiplicidades, provoca algum efeito, se conecta para usos, adquire funções, movimentando-se no seu devir, é uma toca³, cheia de entradas. Seus personagens são sempre imagens de desterritorialização, desfazendo significações. Segundo Deleuze:

Ao longo de uma grande história, o Estado foi o modelo do livro e do pensamento: o *logos*, o filósofo-rei, a transcendência da Idéia {sic}, a interioridade do conceito, a república dos espíritos, o tribunal da razão, os funcionários do pensamento, o homem legislador e sujeito. É pretensão do Estado ser imagem interiorizada de uma ordem do mundo e enraizar o homem. Mas a relação de uma máquina de guerra com o fora não é um outro "modelo", é um agenciamento que torna o próprio pensamento nômade, que torna o livro uma peça para todas as máquinas móveis, uma haste para um rizoma. (DELEUZE, 2009, p.36)

² Segundo Zourabichvili, o conceito de acontecimento em Deleuze é notadamente entrelaçado ao devir, ele é o “devir do mundo” (ZOURABICHVILI, 2004, p.7). O acontecimento, portanto, não é o *que acontece*, mas a parte eterna e múltipla do que acontece, é o “*instante móvel que o representa*” (DELEUZE, LS, 2000, p.177-8 *Apud* ZOURABICHVILI, 1996, p.6, grifo da autora).

³ Deleuze e Guattari usam o termo “toca” em *Kafka-por uma literatura menor*, para exemplificar as múltiplas entradas em uma obra literária rizomática.

Percebe-se que a literatura pode efetuar linhas de fuga e promover novos devires também do campo político e social, desde a reprodução de um estado de coisas até a recriação da subjetividade: o texto literário absorve e é absorvido, representa e é representado, ele é território (sedentário) e linha de fuga (nômade). Na liberdade de tudo dizer, o texto literário ultrapassa estratos cronológicos e geográficos e, faz rizomas... Florescendo no meio.

Segundo Bhabha como “criaturas literárias e animais políticos” (BHABHA, 1998, p.13-34) é também por meio da busca pela palavra que grupos historicamente destituídos de poder e de representação confrontam-se com posicionamentos homogêneos e nacionalismo estanques. É por meio de uma “literatura de reconhecimento” que origens plurais, tradição e modernidade alcançam um posicionamento de fronteira, que fundam um contraponto ao cânone literário quando este é conivente com um nacionalismo homogeneizador e autoritário. De acordo com Bhabha:

O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses "entre-lugares" fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação singular ou coletiva - que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. (BHABHA, 1998, p.20)

Esse entre-lugar, que segundo Bhabha (BHABHA, 1998, p.20) corrobora para a constituição de uma identidade híbrida, faz também uma ligação com o que Hall (HALL, 2011, p.50) aborda sobre a reorganização da identidade na pós-modernidade. Para Hall, na formação do universo cultural de uma dada nação é preponderante a percepção de formações discursivas e representações simbólicas no campo da construção da identidade que vão para além de qualquer unidade nacional. Segundo Hall:

A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional. Dessa e de outras formas, a cultura nacional se tornou uma característica-chave da industrialização e um dispositivo da modernidade. (HALL, 2011, p.50)

A constituição das identidades se efetua no campo das relações de poder e, como tal, é permeada por conflitos sociopolíticos e culturais (HALL, 2011, p.51). Tais

dispositivos gerenciaram e constituíram um modelo de nacionalidade que primava pelo abafamento e anulação das diferenças culturais.

Diante disto, a literatura pós-colonial, mais precisamente no caso deste artigo a literatura pós-indianista⁴ é um dispositivo agenciador das representações étnicas que ao longo de um processo cruel de dizimação e diáspora nativa surge como uma possibilidade de potencialização, de pôr em movimento vozes silenciadas por meio de um valorização e estabelecimento de um discurso ocidentalizador e lusocêntrico.

Ao observarmos a escrita nativa de autores como Daniel Munduruku, Olívio Jekupé, Graça Graúna, entre outros, constatamos o depositório de memórias, tradições orais e escritas, práticas de cotidiano e etc. que perpetuam os mecanismos de produção e identificação citados por Hall. Essa escrita, já presente nas tradições e pertencas culturais dos povos nativos⁵ mas, ironicamente tomada como novidade por nossa tradição lusocêntrica, é um processo de territorialização⁶, entendido na perspectiva Deleuze e Guattari, onde a literatura se constitui como principal constructo simbólico e, também modelo de representação identitária sendo mobilizada como maquinário de resistência e deslocamento subalterno produzindo subjetividades.

Para Ramos (RAMOS, 1990, p.6) ser indígena no Brasil corresponde a uma situação de tutela estatal que retira do sujeito indígena a possibilidade de dupla existência, oferecendo uma escolha cruel entre ser cidadão, tal como no modelo preconizado por nossa sociedade de tradição europeia e desta forma pleno de seus direitos e de sua autonomia ou, permanecer tutelado mas, na conformidade de sua relação étnica com sua nação originária. A situação de risco que está presente nesta escolha (se tornar cidadão, se emancipar no caso indígena significa perder a proteção e o direito as suas terras), segundo a autora, aparece contornada pela constituição de um modelo transcultural de cidadania marcada pela razão étnica.

Essa razão étnica, para Ramos, caminha lado a lado com um relativismo que permite o acoplamento da pluralidade étnica presente na constituição do estado nação brasileiro, permitindo “o transito entre diferentes ethos e éticas” (RAMOS, 1990, p.8).

⁴ Segundo Sharamm Jr. o pós-indianismo refere-se ao movimento do final do século XX e início do século XXI em que retrata a eclosão do indígena como ator literário. Cf.: Sharamm Jr, Roberto. INDIANISMO, NEOINDIANISMO, PÓS-INDIANISMO: Figurações e fulgurações do indígena na historiografia literária brasileira. p.7. Anais do X Seminário Internacional de História da Literatura. No prelo.

⁵ Segundo Graça Graúna, a arte narrativa indígena encontra sua expressão mesmo antes da chegada dos europeus, por meio da oratura. Cf. Graúna, 2013, p.15.

⁶ Cf. Deleuze, G., Guattari, F.: Mil platôs, 1997, Vol.5. p.197.

Por meio dela, nos permitimos pensar como a literatura nativa possibilita avançar nas discussões sobre identidade em um universo pós-colonial, em uma dada pós-modernidade interétnica que não legitima mais lugares e identidades imóveis, possibilitando nações dentro da nação.

Diante disto, a constituição de um pós-indianismo, como assinala Guzmán (GUZMÁN, 2012, p.18-23), onde a imagem e visão do indígena não é mais reservada a constituição e reprodução de um estereótipo que silencia e generaliza por meio de uma dada representação da identidade indígena no Brasil, tal como na literatura indianista ou nas crônicas no assim chamado “descobrimento”, assinala um movimento de contra narrativas que buscam emancipar, pelo menos na atividade discursiva literária, a voz e autonomia dos povos nativos.

Literatura nativa como uma literatura menor: caminhos para o fortalecimento étnico.

O conceito de cultura é demasiado amplo e recoberto de significações e ressignificações ao longo do percurso histórico. De uma forma geral, se nos atemos a uma definição ampla de cultura, tal como a adotada por Coll (COLL, 2002, p.75) poderemos considerar que o aspecto cultural engloba várias dimensões e constitui um espaço de troca e multiplicidade, pois do contrário, quando negamos a diversidade de culturas e impomos um único modelo de experienciar e significar a vida, estamos destituindo o caráter amplo e multissignificante da diversidade cultural, negando uma heterogeneidade presente na própria condição humana.

Segundo Laraia Barros (BARROS, 2001, p.35) é por meio desta especificidade cultural que cada sujeito viabiliza uma compreensão sobre o mundo e se relaciona com uma dada alteridade. Porém, no entrelaçamento de alteridades o sujeito cultural tende a estabelecer uma relação de superioridade com a cultura alienígena. Esse etnocentrismo é uma característica universal e, muitas vezes, mediante Laraia (BARROS, 2001, p.39) é responsável por compor um quadro de desvalorização e subalternidade da cultura tida como minoritária ou posicionada como diferente em relação a uma cultura majoritária.

Para Daniel Munduruku (MUNDURUKU, 2009, p.20-24) a imagem de “selvagem” e de incapaz atribuída aos grupos indígenas diz respeito justamente a uma construção etnocêntrica e unilateral da alteridade e esta mediação é balizada em uma visão de mundo que toma como unicamente válidos os seus próprios pressupostos, relegando

aos indígenas uma imagem de um *outro* destituído de história, de escrita, estático em um passado em que foi adicionado mediante sua relação com o colonizador.

É diante desta perspectiva que pensar a paridade minoritário/maioritário nos convida para além de uma relação numérica, tal como os filósofos Deleuze e Guattari explicitam em *Mil Platôs*:

A noção de minoria, com suas remissões musicais, literárias, linguísticas, mas também jurídicas, políticas, é bastante complexa. Minoria e maioria não se opõem apenas de uma maneira quantitativa. Maioria implica uma constante, de expressão ou de conteúdo, como um metro padrão em relação ao qual ela é avaliada. (GUATTARI & DELEUZE, 2011, p.55)

Na recente literatura nativa se percebe uma proposta de revisão histórica que transfere a visão da identidade indígena historicamente baseada no equivoco e preconceito pelos não índios, para uma proposta de autodenominação que se insinua ou pode se experimentar como uma literatura afirmativa e imprime em sua obra um caráter menor.

Segundo Deleuze e Guattari: “As três características da literatura menor são de desterritorialização da língua, a ramificação do individual no imediato-político, agenciamento coletivo de enunciação” (GUATTARI & DELEUZE, 2003, p.41).

O movimento de se apoderar do português na literatura nativa, segundo Graça Graúna, é um recurso para efetuar um outro projeto de representação que subverte a lógica lusocêntrica e instaura um outro modelo discursivo dentro da própria língua que busca uma “desobediência aos paradigmas” (GRAÚNA, 2013, p.63).

Se de uma certa forma a literatura propicia uma representação de nacionalidade, tal como ocorreu no movimento indianista literário no início do século XIX, tal “contraliteratura”, nas palavras de Graúna, pode possibilitar a ampliação do olhar sobre as diferenças culturais e expandir a conquista do poder para as minorias na esfera da produção intelectual (GRAÚNA, 2013, p.66).

Tornando o subalterno uma potência criativa, a literatura nativa se configura em um agenciamento coletivo, um refundamento e um discurso de pertencimento que coloca uma língua maior num processo de fluxo e fuga.

Instaurar linhas de fuga, segundo Deleuze e Guattari (GUATTARI & DELEUZE, 1998, p.30) deve ser compreendido como uma literatura que não se limita em reconhecer territórios e saberes, mas, pelo contrário, questiona os modelos e se propõe a novos

encontros nas relações em que foi produzida, instaurando novas linhas de fuga: é fuga diante de fuga.

Essa percepção de deslocamento e fuga em meio a um processo de movimentação política da língua, à saber, o português do não-índio sendo operado pelos grupos indígenas, potencializa a literatura nativa como fortalecedora dos grupos étnicos envolvidos e produtora de subjetividades, como destaca Barzotto:

A emergência da literatura pós-colonial acontece pela negação e anulação dos ditames normativos eurocêtricos de padronização universal que pregam a linguagem da metrópole como norma e marginalizam as variantes como ‘impuras’, surgindo a ab-rogação. Esta escrita se desenvolve com a apropriação da linguagem e da escrita dominante com vistas a novos e específicos usos, pois se a língua tem condições de perpetuar a estrutura hierárquica do poder também as tem para subverter o discurso opressor e deixar emergir a eficácia da voz pós-colonial. Desta forma, a língua inglesa usada na Guiana jamais será e nem pretende ser como o ‘inglês da rainha’, usado na Inglaterra, e o mesmo processo acontece entre a língua portuguesa do Brasil e de Portugal. (BARZOTTO, 2012, p.84)

Tal percepção nos coloca diante de um fazer literário que combina ao mesmo tempo uma especificidade política e étnica que se relaciona diretamente a sua condição de pronunciar uma tradição, um voz coletiva que vai além das simples identidades enquanto indivíduos.

Os escritores indígenas mobilizam em seus textos as tradições orais, o caráter performático de tais tradições e incorporam a etnicidade de sua nação indígena de pertencimento ao “traduzir” para a escrita uma voz coletiva, recuperando-a e experienciando-a em um pronunciamento político que diz respeito a um povo inteiro, sua sensibilidade e sua história.

Por meio desta ramificação do individual no plano coletivo os escritores nativos através de sua menoridade literária pronunciam um agenciamento coletivo de enunciação, onde a aparente subjetividade isolada do escritor transporta o devir revolucionário politizado do desejo de várias vozes.

Um povo por vir...

A partir de um processo de construção de uma identidade indígena por meio da composição étnico literária se pode perceber que a literatura se constitui como um devir revolucionário. Para além de qualquer representação a literatura mobiliza a linguagem

para um estado de devir e a mergulha em um conjunto de forças e embates para a construção de uma menoridade política.

Com a literatura nativa contemporânea desempenhado um importante papel no fortalecimento ético da cultura das nações indígenas, não somente em frente ao cânone, mas também na própria conjuntura do “estado-nação maior”, os escritores nativos contemporâneos se apegam ao elemento da tradição e ancestralidade para tecer os rumos de uma velha e, ao mesmo tempo nova história que busca recompor os elementos da oralidade, de sua indianidade e de se contrapor a modelos interpretativos de caráter universal.

Em um texto intitulado “A literatura e a vida”, Deleuze afirma que a literatura está em íntima relação com aquilo que está inacabado, como o que está por vir. Segundo o autor, não há componente de fuga e de devir-potência naquilo que é preponderante, que é dominante. Segundo Deleuze:

O devir não vai noutro sentido: não devimos Homem, mesmo que o homem se apresente como uma forma de expressão dominante que pretenda impor-se a toda a matéria; ao passo que mulher, animal ou molécula têm um componente de fuga que se descarta à sua própria formalização. (DELEUZE, 1993, p.11)

Neste sentido a tarefa da literatura nativa contemporânea não é de compor um caminho em busca de se afiliar ao cânone ou de se tornar parte dele, se adequando até ceifar sua diferença em um jogo de “mais do mesmo”. É compor uma máquina de guerra capaz de desestabilizar territórios e levar seu processo de desterritorialização ao infinito.

A escrita nativa é uma desmontagem do modelo de cidadania proposto pela visão unívoca de uma razão nacional (RAMOS, 1991, p.12) e se estabelece como um convite a repensar o parâmetro lusocêntrico com que determinadas categorias ou subcategorias que são instituídas mediante ao cânone adquirem um caráter subalterno: é literatura, mas é nativa ou indígena, porque de forma oculta está o pressuposto que a única literatura de verdade é a escrita em português. O guarani, o mundurucú, tupinikim, tupinambá entre uma miríade de outras línguas devem ser “traduzidas” para o português.

A literatura indígena é estranhamente considerada exógena (quando no seu idioma original) pela mesma tradição lusocêntrica que no apogeu do movimento indianista romântico defendeu o nativo ou indígena como o elemento originário e simbólico do Brasil, enquanto estado-nação independente.

Se, por um lado, a construção de uma identidade nacional por meio do parâmetro universalista não atende aos anseios e necessidades transculturais dos povos indígenas (RAMOS, 1991, p.12), por outro, o desejo de uma noção de cidadania que legitime a diferenciação pela equivalência pode ser alcançado por meio da literatura nativa.

Sendo a porta-voz autorizada de um conjunto de nações étnicas e suas especificidades, assim como defende Deleuze, a literatura é iminentemente política, colocando-se ao lado dos desejos e anseios das minorias. Ela nos permite pensar em um mecanismo de desmontagem da ideia de uma razão nacional pautada na semelhança. De acordo com Deleuze:

Precisamente, não é um povo chamado a dominar o mundo. É um povo menor, eternamente menor, absorvido num devir-revolucionário. Talvez ele não exista senão nos átomos do escritor, povo bastardo, inferior, dominado, sempre em devir, sempre inacabado. Bastardo não designa já um estado familiar, mas o processo ou a deriva das raças. Eu sou uma besta, um negro de raça inferior para toda a eternidade. É o devir do escritor. Kafka para a Europa central, Melville para a América, apresentam a literatura como enunciação colectiva de um povo menor, ou de todos os povos menores, que, por intermédio do escritor e nele próprio, encontram a sua expressão. (DELEUZE, 1993, p.5-6)

Esse povo por vir, esse povo cuja vida permanece na fronteira (BHABHA, 1998, p. 12-33) é a chave para a instrumentalização de um diálogo transnacional. É o ecoar de uma voz fugidia, posta em devir-indígena, que não atende mais pela visão idílica do indígena, que no lugar do “eu” e do “tu” desloca sua escrita para o “nós” diante das normas e do cânone estabelecido, “a literatura só começa quando nasce em nós uma terceira pessoa que nos retira o poder de dizer Eu” (DELEUZE, 1993, p.3).

Mediante Deleuze (DELEUZE, 1993, p.6-7) é somente no desejo de permanecer de fora que uma literatura pode ser considerada menor, revolucionária e fronteiriça. É só por meio disto que a literatura se efetua enquanto afirmação da vida e saúde.

Somente como anunciadora de uma potência que ainda não existe, mas é real, pode estabelecer um modo de criar e resistir.

Referências Bibliográficas:

BARZOTTO, L. A. “A construção da identidade cultural por meio do texto literário pós-colonial: Brasil e Guiana”, In: Alexandra Santos Pinheiro; Paulo Bungart Neto (org.). *Estudos Culturais e Contemporaneidade: Literatura, História e Memória* Dourados: Ed. UFGD, 2012. pp.81-107.

- BHABHA, H. “Locais da Cultura”. In: *O local da Cultura*. Trad. Myrian Ávila, E. Lourenço e Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- COLL, A. N. *Propostas para uma diversidade cultural intercultural na era da globalização*. São Paulo: Instituto Pólis, 2002. 124p. (Cadernos de Proposições para o Século XXI, 2)
- DELEUZE, G. “La Littérature et la Vie”, In: *Critique et Clinique*, Paris: Minuit, 1993, pp. 11-17.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *Mil Platôs*. Vol. I. Tradução Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2009.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *Mil Platôs*: Vol. II. Capitalismo e Esquizofrenia: São Paulo: Editora 34, 2011.
- DELEUZE, G. & PARNET, C. *Diálogos*. Tradução Eloisa Araújo Ribeiro, São Paulo: Escuta, 1998.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *Kafka - Para uma Literatura Menor*. Lisboa: Editions Minuit, Ed.0789, 2003.
- GRAÚNA, G. *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.
- GUZMÁN, T. D. *Native and National in Brazil: Indigeneity after Independence*. Carolina do Norte: A project of First Peoples: New Directions in Indigenous Studies, 2013.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*: tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP& A, 2011.
- LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*, Rio de Janeiro: Zahar, 21ª edição, 2001.
- RAMOS, A. R. *Os Direitos do índio no Brasil: Na encruzilhada da cidadania*. Brasília: UNB, 1991.
- SEGATO, R. L. “Los cauces profundos de la raza latinoamericana: una relectura del mestizaje”. In: *Crítica y Emancipación*, (3):11-44, primeiro semestre de 2010.
- MUNDURUKU, D. *O Banquete do Deuses: conversa sobre a origem da cultura brasileira*. São Paulo: Global, 2ª ed., 2009.
- MOREIRA, O. *Folhas Venenosas do Discurso: Um Diálogo entre Oswald de Andrade e João Ubaldo Ribeiro*. Salvador: Uneb, Quarteto, 2002.
- ZOURABICHVILI, François. *O vocabulário de Deleuze*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <http://www.dossie_deleuze.blogspot.com.br/> Acesso em: 02 out. 2013.